

Credores se mantêm pessimistas sobre plano

WASHINGTON — O ceticismo do diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, sobre a vontade do ministro Fernando Henrique Cardoso de correr o risco político de ousar reformas profundas para acabar de vez com a inflação é compartilhado pelos bancos. A atitude nada celebratória dos credores não deve ser interpretada como falta de interesse pelo acordo. Muito pelo contrário, os bancos estão tão interessados quanto o governo na efetivação do negócio. A concretização do acordo lhes permitiria regularizar uma conta que dá dores de cabeça há mais de uma década e já parece interminável.

No caso dos bancos americanos, que detêm cerca de um terço dos US\$ 35 bilhões envolvidos na reestruturação, a normalização das relações com o Brasil liberaria alguns bilhões de dólares de capital hoje comprometidos com reservas específicas ordenadas pelos reguladores de Washington para cobrir um eventual default brasileiro.

A queda da taxa de juros internacionais nos últimos 12 meses tornou a remuneração dos novos papéis da dívida negociados com o Brasil ainda mais atraente para os bancos. Além disso, a forte possibilidade da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República apenas aumenta o interesse dos credores de concretizar o negócio.

As modestas expectativas do sucesso do plano de combate à inflação não são necessariamente negativas. Elas deixam o ministro da Fazenda com amplo espaço para surpreender favoravelmente seus interlocutores externos e mobilizar seu apoio para tentar abater o gordo e voraz dragão da inflação — o monstro que a direita e a esquerda brasileiras insistem em tratar como bicho de estimação.

De imediato, no entanto, a assinatura do acordo aumentará as pressões externas para que o ministro prove a que veio e exiba resultados.

Se agir de forma decidida nos próximos dias, como está prometendo, Fernando Henrique começará a colher dividendos e apoio externo para perseverar já na próxima semana, quando virá a Washington participar, com os demais ministros das finanças do continente, de um jantar oferecido pelo secretário do Tesouro, Lloyd Bentsen, para tratar do aumento de capital do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Na ausência de um programa de estabilização em curso, a assinatura do ainda incerto acordo da dívida, amanhã, tende a destacar mais o atraso das reformas econômicas no Brasil em relação ao resto da América Latina. Para quem conhece um pouco da penosa história da crise, a cerimônia em Toronto — por motivos que tem a ver apenas com a necessidade dos credores americanos de contornar certos regulamentos de seu país — apenas realça a comparação negativa.

Em setembro de 1982, depois que a quebra do México fez secar o crédito bancário externo para o Brasil, o então ministro da Fazenda, Ernane Galvão, procurou tranquilizar os credores exibindo a arrogância com que as classes dirigentes brasileiras costumam tratar seus vizinhos. "O Brasil não é o México", bradou Galvão durante três dias pelos corredores do hotel Sheraton de Toronto, onde se realizava a fatídica reunião anual do FMI, tentando convencer os bancos e o mundo que, ao contrário do México, o Brasil era um país sério, dotado de "peso específico", tinha investido bem sua dívida e venceria a crise rapidamente.

Como se sabe hoje, o Brasil, de fato, não é o México. Usando os instrumentos de poder à sua disposição, a elite mexicana promoveu o saneamento das contas públicas, reformou drasticamente a economia do país e acertou definitivamente suas contas com os credores há mais de quatro

anos. O processo foi coroado com a ratificação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte pelo Congresso dos EUA. A aprovação do Nafta criou uma nova dinâmica nas relações econômicas hemisféricas e expôs ainda mais o isolamento internacional do Brasil. Amanhã, 11 anos e dez ministros depois de Ernane Galvão, um titular da Fazenda do Brasil estará de volta à capital financeira do Canadá para tentar encerrar a participação do país na crise da década passada — sem nenhuma garantia de sucesso.

FALTA DE CELEBRAÇÃO NÃO É SINAL DE DESCRÉDITO, COMENTAM ANALISTAS



Ernane Galvão: "O Brasil não é o México"